



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Fábio Faria, informações sobre outorgas de autorização para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Fábio Faria, informações sobre outorgas de autorização para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

Nesses termos, requisita-se:

1. histórico da quantidade de autorizações para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária, mês a mês, entre os anos de 2010 e 2020;
2. descrição detalhada dos procedimentos adotados para a verificação de vinculações vedadas pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, durante os procedimentos de outorga e de renovação de outorga de autorização para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária, além de cópia das normas, dos manuais, dos procedimentos operacionais padrão, das recomendações e de outros documentos relacionados a essa atividade;
3. cópia de todos os processos de outorga e de renovação de outorga de autorização para prestação do serviço de radiodifusão



comunitária em que foram identificadas vinculações vedadas pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, desde janeiro de 2019;

4. descrição das providências adotadas para apurar as irregularidades apontadas pela notícia publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, em 26 de julho de 2020 (disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-libera-recorde-de-rádios-comunitarias-desde-o-governo-lula,70003376580>, cópia anexa).

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 26 de julho, o jornal O Estado de São Paulo publicou matéria denunciando suposta utilização de outorgas de radiodifusão comunitária para fins políticos pelo Governo Federal. De acordo com a notícia, entre março e abril de 2019, em apenas dois meses, teriam sido autorizadas 440 novas rádios comunitárias. Trata-se de número expressivo, especialmente se considerarmos que, nos últimos dez anos, a média seria de pouco mais de cem outorgas anuais, segundo a reportagem.

O jornal registra ainda que teriam sido identificados, entre os representantes dessas novas rádios, pessoas filiadas a partidos políticos, candidatos a cargos eletivos e até vereadores e prefeitos, o que, em princípio, seria vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

A situação, sem dúvida, demanda análise por parte do Parlamento, para evitar a utilização indevida desse importante meio de comunicação social.

Por essa razão, o presente requerimento tem por objetivo obter informações necessárias à apuração de eventuais abusos nas autorizações para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Fábio Faria, informações sobre outorgas de autorização para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

Sala das Sessões, 8 de março de 2021.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)
Líder da Minoria



SF/21538.61859-05 (LexEdit)